

TERRAS PÚBLICAS

Para magistrado, participação de policiais torna a ocupação ilegal ainda mais grave. Promotor acompanhará inquéritos abertos pela PM

STJ defende repressão

ANA MARIA CAMPOS E ANA HELENA PAIXÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Naves, defendeu ontem uma atuação rigorosa do Poder Público contra a invasão de policiais e bombeiros militares em becos de Taguatinga e Ceilândia. O magistrado considera necessária a "repressão" dos invasores para evitar que o episódio se transforme em mau exemplo para a população. "O órgão encarregado de assegurar a segurança está transmitindo a insegurança. Aos olhos do Judiciário, isso é preocupante", disse o ministro ao *Correio*.

Naves avalia a participação de policiais, bombeiros e seus familiares na ocupação de terras públicas como um reflexo do quadro social nacional, em que diversos locais têm sido invadidos no campo e nas cidades. "Quando se admite que determinadas áreas sejam ocupadas sem uma pronta repressão, outras invasões acabam surgindo", acredita.

Para o presidente do STJ, o envolvimento de servidores que deveriam manter a ordem torna a ocupação ilegal ainda mais grave. O promotor Nísio Tostes, da Promotoria de Justiça Militar do DF, concorda que a invasão de becos é decorrente de uma crise social e de um movimento nacional generalizado.

Mas também considera um agravante o fato de militares incitarem a ocupação e enfrentarem oficiais e colegas que participaram de operações de desocupação e demolições de casas. "É difícil ver que quem deveria dar a segurança, mudou de lado. É um exemplo pavoroso para a população", afirmou.

Na sexta-feira, Tostes abriu inquérito para investigar os envolvidos em crimes previstos no Código Penal Militar. O Ministério Público do DF também vai



PUNIÇÃO

POLICIAIS RETIRAM UMA DAS PARENTES DE INVASORES USADA PARA IMPEDIR DERRUBADA: INQUÉRITO PARA PUNIR QUEM DESOBEDECEU A LEI

acompanhar os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) abertos pelo comando da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros para apuração dos possíveis crimes de motim e de resistência à ação de desocupação, invasão de terras públicas e desacato a oficiais.

De acordo com o corregedor da PM, coronel Flávio Camargo,

a partir de hoje uma equipe da Corregedoria vai percorrer as áreas invadidas para tentar flagrar PMs que negaram em depoimento participação no movimento. "Durante todo o dia de hoje (ontem) ouvimos 200 PMs. A maioria negou envolvimento e responsabilidade direta na ocupação. Se constataremos que isso não é verdade, considerare-

mos um agravante", ressaltou. Camargo afirmou que a partir de hoje também começam as transferências dos policiais que atuam em unidades próximas às áreas invadidas. O objetivo é garantir a total imparcialidade nas operações de remoção.

O deputado federal Alberto Fraga (PMDB-DF), tenente-coronel licenciado da PM, também criticou ontem as invasões. Na sua avaliação, não será com a "intransigência" da categoria que o problema habitacional será resolvido. "Eles estão desrespeitando a instituição, os poderes constituídos e a população", afirma. Para o deputado, a permanência dos invasores significará a total "desmoralização" do GDF. "Todo mundo vai querer fazer a mesma coisa."

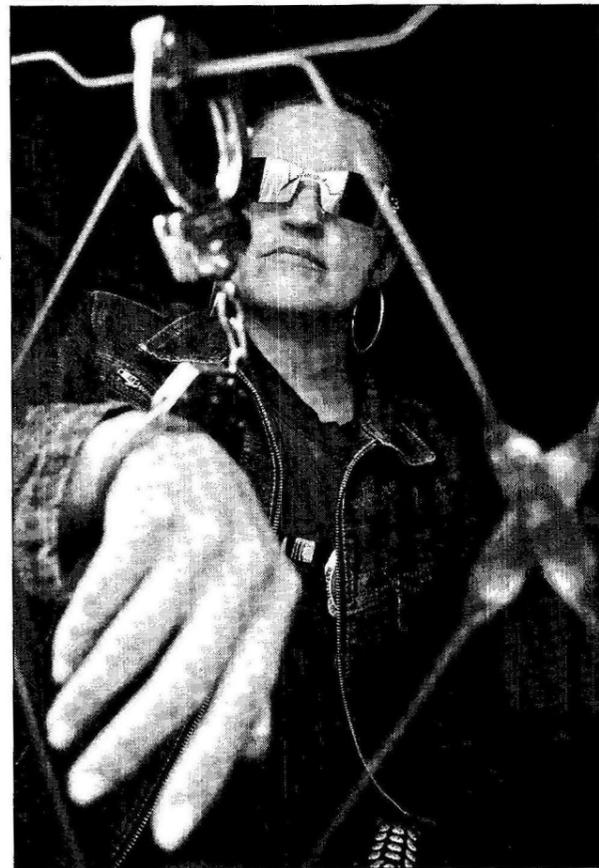
Para o secretário-geral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), Paulo Machado Guimarães, a ocupação de áreas públicas mostra a precária situação da política habitacional e a omissão do Poder Público. "É fruto da frustração da expectativa de solução para o problema de moradia." Ele disse que em conflitos como esse a OAB defende a calma e o diálogo para evitar o agravamento da situação.

O porta-voz do governo, Paulo Fona, deixou claro ontem que o governador Joaquim Roriz (-PMDB) e o comando da PM e do Corpo de Bombeiros não estão dispostos a negociar com os invasores. "Não há como negociar com pessoas que estão infringindo não só a lei, como também códigos disciplinares de suas corporações", afirmou Fona.

O ex-PM e líder do movimento invasor Aires Costa concorda que o canal de comunicação com o governo está rompido. "O governador havia prometido não derrubar as casas já construídas, mas não é o que está acontecendo." Na manhã de ontem, uma comissão de 12 invasores tentou uma audiência com Roriz. Mas não foi recebida. Costa disse que a resistência continuará hoje.

RESISTÊNCIA

Wanderlei Pozzembom



Protesto com algemas

Miriam Ferreira, parente de invasor, defendeu a casa, na QNL 5, presa à janela. "Se tentarem me tirar daqui, dou um tirona cabeça." Ela ganhou um dia para deixar o local

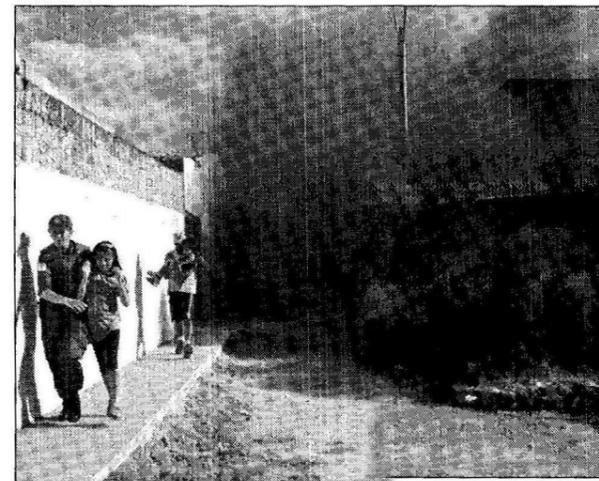
Wanderlei Pozzembom



Filha como escudo

Dulce Santana não ficou constrangida em usar a filha de 6 anos para sensibilizar agentes do Siv-Solo. A tentativa não deu certo. A casa, na QNL 5, foi derrubada

Kleber Lima



Fogo na casa

Após 15 minutos de negociação, PM consegue liberar duas crianças, de 4 e 10 anos, trancadas com um grupo de mulheres que atearam fogo em barraco na QNM 40